

Para Que(m) Serve a Pesquisa Contábil? Uma Análise Crítica do Discurso do Primeiro Fórum Acadêmico-Profissional da ANPCONT

What (Who) Is Accounting Research For? A Critical Discourse Analysis of ANPCONT's First Academic-Professional Forum

Paulo Frederico Homero Junior

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP
Doutorando em Administração – Schulich School of Business
S344E Seymour Schulich Building, York University
4700 Keele Street Toronto ON, Canada M3J 1P3
pfhj86@schulich.yorku.ca

Resumo

O distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil tem sido discutido há décadas, e a ascensão do positivismo como paradigma dominante na pesquisa contábil é apontada como fator decisivo para a consolidação e manutenção desse suposto distanciamento. O objetivo deste artigo é investigar como esse suposto distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil é representado discursivamente pelos participantes do primeiro Fórum Acadêmico-Profissional da ANPCONT, realizado em 12 de junho de 2020, que teve como palestrante o professor Eliseu Martins. Para tanto, empregamos a Análise Crítica do Discurso. Nossa análise evidencia que, a fim de superar esse suposto distanciamento, os interlocutores do evento discursivo investigado propõem um modelo de atuação acadêmica que se confunde com a consultoria empresarial. Além disso, evidencia-se também que mesmo as críticas ao distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil no Brasil são pautadas por uma compreensão positivista do processo de pesquisa. Assim, nossas análises contribuem para o entendimento de que parcela relevante da comunidade acadêmica contábil brasileira se alinha ao programa neoliberal de apropriação privada do conhecimento gerado pelas universidades, e que a pesquisa acadêmica em contabilidade ainda carece de legitimidade perante a profissão contábil brasileira, da qual os interlocutores, a despeito de ocuparem posições acadêmicas, apresentam-se como porta-vozes.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso; Pesquisa Contábil; Neoliberalismo; ANPCONT.

Abstract

The gap between academic research and accounting practice has been discussed for decades, and the rise of positivism as a dominant paradigm in accounting research is pointed out as a decisive factor for the consolidation and maintenance of this assumed gap. The aim of this paper is to investigate how the assumed gap between academic research and accounting practice is represented discursively by the participants of the first ANPCONT's Academic-Professional Forum, held on June 12, 2020, which had Professor Eliseu Martins as a speaker. For that, we developed a Critical Discourse Analysis. Our analysis shows that, in order to overcome this assumed gap, the interlocutors of the investigated discursive event propose a model of academic performance that is intertwined with business consulting. In addition, it also evidences that even the critiques on the gap between academic research and accounting practice in Brazil are guided by a positivist understanding of the research process. Thus, our analyses contribute to an understanding that a relevant portion of the Brazilian accounting academic community is aligned with the neoliberal program for private appropriation of knowledge generated by universities, and that academic research in accounting still lacks legitimacy before the Brazilian

Submetido em agosto 2022 e aceito em janeiro 2023 por Vinícius Mothé Maia após o processo de Double Blind Review.

Este trabalho foi anteriormente apresentado no evento III Qualitative Research and Critical Accounting (QRCA).

accounting profession, for which the interlocutors, despite occupying academic positions, present themselves as spokespersons.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Accounting Research; Neoliberalism; ANPCONT.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de organização da universidade moderna tem como princípios fundamentais a autonomia e a liberdade da ciência que ela produz, idealizando-a como uma instituição na qual a busca pela verdade não dever ser constrangida por qualquer força externa (Pereira, 2009). Todavia, Chauí (2003) aponta haver opiniões, atitudes e projetos conflitantes no interior da instituição universitária, exprimindo divisões e contradições da sociedade. Além disso, a ideia de universidade como instituição social tem sido progressivamente ressignificada como uma organização prestadora de serviços, cujas pesquisas são determinadas pelas exigências de mercado, o que “significa que a universidade *pública* produz um conhecimento destinado à *apropriação privada* [ênfases no original]” (Chauí, 2003, p. 8). Nesse sentido, Costa e Silva (2019) argumentam que o projeto neoliberal para a educação, materializado nos programas e políticas implementados nas universidades públicas brasileiras nos últimos 15 anos, tem promovido uma espécie de privatização implícita ou indireta, possibilitando que os resultados gerados pelas universidades públicas sejam apropriados para fins privados e criando condições para que o Estado seja desresponsabilizado pela manutenção dessas universidades.

Especificamente em relação à Contabilidade, há décadas têm sido registradas preocupações com um suposto distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil (Lee, 1989). West (2003) argumenta que a autoridade de que a profissão contábil goza em relação às demonstrações financeiras foi construída sobretudo através de processos sociais, e que “o conhecimento contábil, longe de ser claramente identificado como um fator que contribuiu para a profissionalização da contabilidade, tem frequentemente sido, implícita ou explicitamente, excluído” (p. 57, tradução nossa). Nesse sentido, Macintosh (2002) afirma que a contabilidade possui a reputação de ser uma prática em busca de teoria.

Como parte das iniciativas para elevar o *status* da profissão contábil, Merino (2006) relata que, mediante esforços de lideranças do campo profissional, a contabilidade ingressou nos currículos universitários nos Estados Unidos entre o final do século XIX e início do século XX, embora desde então o ensino contábil não tenha conseguido atender às demandas para abandonar sua orientação predominantemente técnica. A autora relata ainda que, em resposta a críticas ao funcionamento das escolas de negócios, durante os anos 1960 teve início um processo de afastamento entre o campo acadêmico e o campo profissional, e os programas de doutorado em contabilidade estadunidenses passaram a se orientar exclusivamente para a pesquisa acadêmica. Jeanjean e Ramirez (2009), por sua vez, apontam que a “abordagem positiva” na pesquisa contábil se tornou dominante nos principais periódicos contábeis dos Estados Unidos a partir dos anos 1960, implicando em virtual desaparecimento, nas publicações acadêmicas daquele país, das teorias normativas cujo objetivo era responder a demandas da prática contábil e auxiliar os(as) profissionais na produção de soluções para os problemas com os quais se deparavam.

Porém, Reiter e Williams (2002) sustentam que já ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990 havia uma crescente percepção, mesmo dentre acadêmicos do *mainstream*, de que a abordagem positiva se tornara infrutífera e levara a pesquisa contábil estadunidense a um processo de estagnação, transformando-a numa subdisciplina da economia e que não participa da conversação científica relevante sobre o desenvolvimento das teorias que utiliza. Em síntese, a evolução histórica da contabilidade no contexto estadunidense denota que, a despeito de sua institucionalização nos currículos universitários, ela foi incapaz de se firmar como uma disciplina acadêmica autônoma: desde os anos 1960 a comunidade acadêmica abdicou – ou foi excluída – da construção de uma base de conhecimentos própria para a contabilidade, passando

a importar teorias e métodos de outras disciplinas, sobretudo da economia e das finanças, relegando a fundamentação teórica das práticas contábeis a órgãos normatizadores.

No Brasil, embora o ensino comercial tenha sido estabelecido desde 1808, Peleias et al. (2007) alegam que durante o século XIX ele não era tão atraente para estudantes das classes altas como os cursos de direito, engenharia ou medicina. Contudo, os esforços de organização do grupo ocupacional na contabilidade se intensificaram durante as primeiras décadas do século XX, sendo criadas diversas associações regionais lideradas por praticantes que haviam atingido posições de destaque na sociedade brasileira (Mendonça Neto et al., 2012). Em junho de 1931, o Decreto nº 20.158 estabeleceu novas diretrizes para o ensino comercial e regulamentou a profissão contábil, reconhecendo como contadores os portadores de diplomas conferidos por institutos de ensino comercial. Em setembro de 1945, o Decreto-Lei nº 7.988 autorizou a criação de cursos superiores em ciências contábeis e atuariais, e em 1946 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) na USP que, sob a influência de membros da elite da profissão contábil, começou a oferecer o primeiro curso superior em ciências contábeis do Brasil (Mendonça Neto et al., 2012; Peleias et al., 2007).

Nas últimas duas décadas houve um expressivo aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*— enquanto em 1998 havia apenas 2 programas de mestrado e 1 programa de mestrado e doutorado em funcionamento no país, em 2020 esses números passaram para 19 e 17, respectivamente, sendo que 26 desses 36 programas eram ofertados por universidades públicas (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2022). Porém, em desenvolvimento similar ao ocorrido nos Estados Unidos durante os anos 1960, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 o positivismo também passa a prevalecer sobre o normativismo na pesquisa contábil brasileira (Cardoso et al., 2005, 2007; Leite Filho, 2008; Mendonça Neto et al., 2009; Nascimento et al., 2010; Theóphilo & Iudicibus, 2005). Não obstante, Homero Junior (2017) alega que essa mudança de paradigma não trouxe uma maior autonomia para o campo acadêmico em relação à profissão contábil, mas sim que o positivismo, “com sua reificação do *status quo*, sob a alegação de objetividade, permitiu que a academia contábil brasileira continuasse, agora sob a forma de coeficientes e níveis de significância, a reafirmar interesses do campo profissional” (p. 324).

A despeito do vínculo historicamente mantido por lideranças do campo acadêmico contábil brasileiro com o campo profissional, a suposta existência de um distanciamento entre a academia e a prática contábil motivou a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) a promover um Fórum Acadêmico-Profissional, que consistiu em uma série de *lives* com profissionais e acadêmicos. O primeiro evento foi realizado em 12 de junho de 2020, tendo como palestrante o professor Eliseu Martins e sendo mediado pela diretoria da ANPCONT (*cf.* Canal Anpcont, 2020). Selecionamos esse evento como *corpus* da Análise Crítica do Discurso (ACD) apresentada neste artigo, a fim de investigar a representação discursiva desse suposto distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil.

O artigo prossegue da seguinte maneira: na Seção 2 discutimos a implementação do programa neoliberal nas universidades brasileiras e a relação entre a academia e a prática contábil. Na Seção 3 apontamos os pressupostos teórico-metodológicos da ACD empregados neste trabalho. Excertos do evento discursivo são transcritos e analisados na Seção 4, e nossas conclusões são apresentadas na Seção 5.

2 REFORMAS NEOLIBERAIS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Segundo Harvey (2008), a insatisfação generalizada com a crise econômica dos anos 1970 levou, em boa parte das sociedades capitalistas avançadas, a uma conjunção entre trabalhadores e movimentos sociais urbanos que parecia apontar para uma alternativa socialista ao compromisso entre capital e trabalho que caracterizara o pós-guerra, representando uma

ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes. Nesse contexto, o neoliberalismo emergiu como um projeto de restauração do poder de classe, sendo estruturalmente caracterizado por efeitos redistributivos que aumentaram a desigualdade social e incrementaram expressivamente a parcela dos mais ricos na renda nacional dos países que implementaram políticas neoliberais. Dias e Serafim (2015) afirmam que

A despeito dos resultados perversos que gerou no plano econômico, o receituário neoliberal continua embasando as políticas de governos mundo afora. Isso ocorreu porque no plano político-ideológico o projeto neoliberal foi extremamente bem sucedido. Configurou-se, por esse caminho, uma narrativa que se tornou amplamente aceita, naturalizando ideias como a primazia do privado sobre o público, do lucro individual sobre o bem-estar social, do mercado sobre sociedade e Estado. (p. 338).

Especificamente em relação ao ensino superior brasileiro, as reformas educacionais estabelecidas a partir dos anos 1990 tiveram uma orientação neoliberal, privilegiando um modelo de educação superior mercantil e instrumental, com estímulo à expansão do setor privado; além disso, houve um descomprometimento do Estado com o financiamento das instituições de ensino superior públicas, que passaram a ser incentivadas a buscar recursos diretamente junto à iniciativa privada (Bechi, 2017). Nesse sentido, Silva (2012) aponta que

a relação da universidade brasileira com a sociedade nas três últimas décadas, no que diz respeito à produção de conhecimento científico e tecnológico . . . vem sendo alterada no sentido de privilegiar as demandas cognitivas (por conhecimento) de um ator específico: a empresa. (p. 25).

Silva (2012) argumenta também que, dada a condição periférica do Brasil no sistema capitalista, a demanda da sociedade brasileira por novos produtos ou processos reproduz o padrão de consumo dos países avançados, sendo satisfeita pela transferência de tecnologias importadas por filiais brasileiras de firmas estrangeiras. Com isso, as empresas brasileiras não necessitam investir em pesquisa e desenvolvimento, e apesar de a relação universidade-sociedade vir sendo reduzida à relação universidade-empresa, o financiamento das pesquisas acadêmicas continua sendo substancialmente provido pelo Estado. Contudo, ainda que o financiamento direto do setor privado seja irrisório, a subordinação das agendas de pesquisa às demandas das empresas compromete os princípios da autonomia e da liberdade que caracterizam a universidade moderna, idealizada como “uma instituição acima dos interesses do Estado, da religião ou de qualquer outro poder político ou econômico” (Pereira, 2009, p. 32). Conforme Bechi (2017) argumenta,

Na medida em que as empresas se apropriam dos projetos de pesquisa e da força de trabalho dos intelectuais para extração de mais valia, a universidade tende a abandonar a sua identidade e suas finalidades de busca desinteressada pela verdade. A comercialização dos serviços educacionais pelas IES públicas, como alternativa para captação de recursos extraorçamentários, condiciona as atividades docentes às regras impostas pelas organizações privadas. (p. 218).

Por outro lado, Chaui (2003) aponta que a própria autonomia intelectual da universidade permite-lhe relacionar-se com a sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, abrigando opiniões, atitudes e projetos conflitantes, que exprimem divisões e contradições sociais. Nesse sentido, Dias e Serafim (2015) nos lembram que “o projeto neoliberal . . . tem encontrado apoio em certa parcela da comunidade de pesquisa, o que explica, em parte, sua capacidade de penetração no ambiente universitário” (p. 347).

Costa e Goulart (2018) identificam o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 como marcos importantes do novo ordenamento do ensino superior no Brasil após a ditadura militar. Elas apontam que os principais programas desenvolvidos pelos governos Lula e Dilma – Programa Universidade para Todos (ProUni) e

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), direcionados ao ensino privado; e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), direcionado às universidades públicas – contribuíram para a ampliação do acesso ao ensino superior, mas, ao mesmo tempo, incrementaram de modo significativo a participação das IES privadas no setor. Com a promulgação do Marco Legal de Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2016), segundo as autoras, o viés privatizante e mercantil alcançou a produção de conhecimento na universidade, pois

o novo marco transforma as universidades públicas em organizações de produção e prestação de serviço, cujas vendas trarão recursos financeiros, repondo a diminuição de seu orçamento de fonte governamental e de investimentos públicos em ciência e tecnologia. A competitividade empresarial nacional e internacional que almeja promover muito rapidamente se instalará entre grupos e instituições, com consequências sobre os sistemas nacionais de ensino e de pesquisa científica e tecnológica, construídos quase que exclusivamente com recursos públicos ao longo de mais de 50 anos. (Costa & Goulart, 2018, p. 401).

Em linha com a aplicação intensificada do receituário neoliberal ao ensino superior no Brasil a partir de 2016, a evolução da execução orçamentária da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mostrada na Figura 1, evidencia um crescente descomprometimento do Estado com o fomento à pesquisa acadêmica no país.

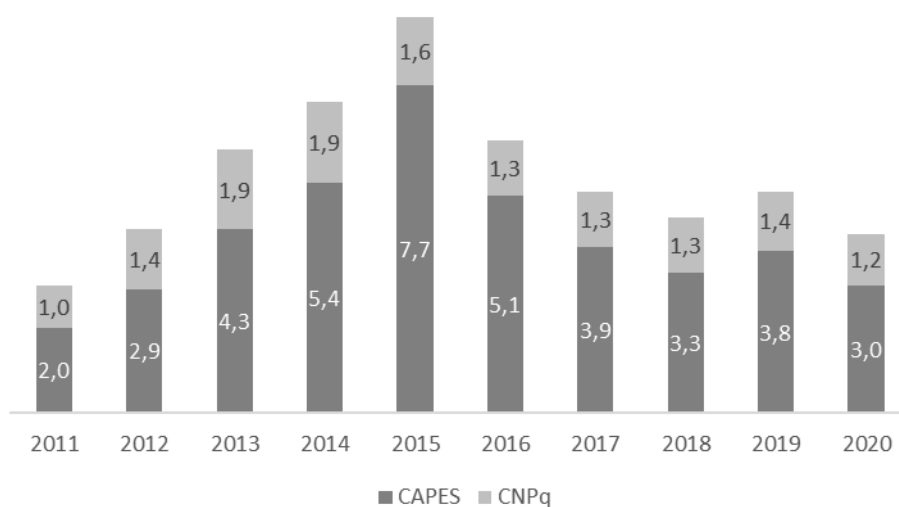


Figura 1 – Execução Orçamentária da CAPES e do CNPq (2011-2020) – Em bilhões de R\$

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2022).

Além de reduzir o financiamento à pesquisa, como ilustra a queda nominal de cerca de 55% da execução orçamentária de CAPES e CNPq entre 2015 e 2020, o governo federal propôs também o *Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se*, apresentado em primeira versão em julho de 2019 e encaminhado ao Congresso Nacional, em versão reformulada, em maio de 2020, e que constitui-se em “um projeto de contrarreforma universitária, cujo escopo é a redução de financiamento estatal e a reconfiguração da gestão universitária, sinalizando para o aparelhamento das universidades à racionalidade privado-mercantil” (Araújo et al., 2020, p. 12). Conforme Wegner (2020),

O anúncio do Future-se ocorreu no contexto de perseguições às IFES, que foram pronunciadas durante o processo eleitoral, em 2018, que se intensificaram em seu primeiro ano de governo Bolsonaro por meio de declarações de representantes do governo e do próprio presidente que buscaram enraizar um senso comum de que professores são ‘zebras gordas’ e que universidades federais fariam ‘plantio de maconha’,

além de incentivar alunos a filmar professores que estivessem ‘doutrinando alunos’ em sala de aula. Em seu discurso de posse, em janeiro de 2019, o presidente, evidenciando a linha de ação de seu governo, desferiu críticas aos professores universitários e reafirmou seu programa de governo ao declarar que universidades devem meramente ‘preparar para o mercado de trabalho’. (p. 284).

Para Silva Júnior e Fargoni (2020),

O Future-se, nesse transcurso de reformas de quase três décadas, é a síntese do desprezo com a educação superior pública brasileira, que, desrespeitada por um governo provido de autoritarismo, negacionismo e entreguismo, passará de um polo de potencial progresso e prosperidade intelectual à sociedade brasileira para um polo servil de produção de valor privado. (p. 13).

Dentro desse contexto de ataque à autonomia universitária, em 10 de junho de 2020, ou seja, dois dias antes da realização da *live* analisada neste artigo, intitulada “Evolução e Perspectivas da Pós-Graduação no Brasil”, o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, devolveu ao Palácio do Planalto a Medida Provisória nº 979/20, que dava ao ministro da educação a prerrogativa de designar reitores e vice-reitores temporários das instituições federais de ensino durante a pandemia de covid-19 (Cristaldo, 2020).

2.1 Relação entre a Pesquisa Acadêmica e a Prática Contábil

Segundo Lee (1989), a maioria dos comentaristas pressupõem que a prática e a pesquisa contábil devam ser interdependentes, expressando um desejo de que a pesquisa incremente a capacidade de resolver problemas práticos da profissão e contribua para manter a posição de poder e prestígio dos contadores na sociedade. Todavia, o autor considera que a pesquisa acadêmica pode ter uma influência potencialmente desestabilizadora para a organização institucional da profissão contábil, colocando em xeque a base de conhecimentos que a sustenta. Por conta disso, Lee (1989) argumenta que a pesquisa contábil requer independência da profissão para desenvolver seu potencial no longo prazo, sob pena de servir tão somente como uma ferramenta de legitimação das práticas contábeis correntes.

Na Inglaterra, Annisette e Kirkham (2007) asseveram que a profissão contábil sempre manteve uma relação distante com a academia: a contabilidade se consolidou como disciplina universitária no país somente nos anos 1970, e o surgimento de um corpo de pesquisa acadêmica respeitável tardou mais ainda. Ao invés de relacionar-se diretamente com os departamentos de contabilidade, a profissão contábil inglesa estabeleceu vínculos com o sistema universitário como um todo, recrutando egressos dos mais variados cursos, que se sujeitam a treinamentos desenvolvidos pelos próprios órgãos profissionais. Assim, há uma dissociação entre a produção de conhecimento acadêmico e a prática profissional, de modo que a pesquisa contábil, ao invés de fornecer subsídios para o desenvolvimento e expansão da base de conhecimentos da profissão, tem servido apenas para legitimar o *status* profissional da contabilidade. Por outro lado, esse distanciamento também permite que os departamentos de contabilidade recrutem, publiquem e compitam com outros departamentos acadêmicos, sem as restrições da prática profissional. Desse modo, as autoras argumentam que o distanciamento entre acadêmicos e práticos na contabilidade inglesa tem sido mutuamente conveniente.

Nos Estados Unidos, Merino (2006) relata que a contabilidade ingressou nos currículos universitários entre o final do século XIX e início do século XX, mas desde então o ensino contábil tem mantido uma orientação predominantemente técnica. Ainda assim, durante os anos 1960 teve início um processo de afastamento entre os campos acadêmico e profissional, e os programas de doutorado em contabilidade passaram a se orientar exclusivamente para a pesquisa acadêmica. Nesse sentido, Jeanjean e Ramirez (2009) afirmam que a partir dos anos 1960 houve um virtual desaparecimento, nas publicações acadêmicas estadunidenses, das teorias normativas que visavam responder a demandas da prática contábil. A partir de então o *mainstream* da pesquisa contábil passou a ser dominado pela “abordagem positiva” que,

segundo seus adeptos, preocupa-se tão somente em explicar e prever as práticas contábeis, e não em melhorá-las.

Mas já ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990 havia, mesmo entre acadêmicos do *mainstream*, uma crescente percepção de que a abordagem positiva se tornara infrutífera e levava a pesquisa contábil estadunidense a uma estagnação, caracterizada pela ausência de inovações, de soluções para problemas fundamentais da contabilidade, de demanda por acadêmicos em outros ramos que não a própria academia, e pelo fato de que a pesquisa não orienta a prática e nem a normatização contábil (Reiter & Williams, 2002). Todavia, a despeito da constância e intensidade das críticas à abordagem positiva ao longo dos anos (cf. Chabrak, 2012; Chambers, 1993; Chua, 1996; Tinker et al., 1982), o *mainstream* da pesquisa contábil nos Estados Unidos pouco se modificou, sendo controlado por uma elite acadêmica que se beneficia da manutenção do *status quo* (Fogarty & Liao, 2009; Lee, 1995, 1999; Lee & Williams, 1999; Wilkinson & Durden, 2015). Assim, tal como Annisette e Kirkham (2007) afirmam ocorrer na Inglaterra, o distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil estadunidense aparenta ser mutuamente conveniente a acadêmicos e práticos. Nesse sentido, Baker e Bettner (1997) alegam que “a pesquisa contábil *mainstream* nos Estados Unidos é tão proximamente associada à profissão contábil, que ela assumiu uma postura de ser científica e livre de valores tal que ela não perturbe um público importante” (p. 304, tradução nossa).

No Brasil, os cursos superiores em ciências contábeis foram autorizados em meados da década de 1940, e o primeiro a ser criado, em 1946, foi o da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) – posteriormente, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) – da Universidade de São Paulo (USP) (Peleias et al., 2007). A partir de meados da década de 1960, o Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP passou a utilizar uma abordagem didática de inspiração estadunidense, e em 1971 um grupo de seus professores publicou um livro de contabilidade introdutória que veio a ser amplamente adotado no ensino contábil brasileiro, auxiliando a popularizar essa abordagem (Iudícibus, 2004). Segundo Lopes de Sá (2008),

Foi a partir de 1964 que no Brasil, todavia, se iniciaram as implantações das normas ao feitiço do capitalismo norte-americano, visando a fortalecer o mercado de capitais, também deste copiando o sistema de leis, regime financeiro e a forma de proceder contabilmente. . . .

Os professores da Universidade de São Paulo, apoiados pelas multinacionais de auditoria, iniciaram forte atuação para que se modificasse a situação cultural, conseguindo sucesso em suas pretensões junto ao poder público, onde em postos-chaves da economia estavam mestres vinculados à referida Universidade, como, entre outros, o ilustre professor Antônio Delfim Neto. (p. 142).

O EAC/FEA/USP também foi pioneiro na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade no Brasil, inaugurando o primeiro curso de mestrado em 1970 e o primeiro de doutorado em 1978 – este sendo o único desse nível ofertado no país até 2007 (Peleias et al., 2007). Em 1974, professores do EAC/FEA/USP criaram a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), uma fundação privada através da qual ofertam consultoria a entidades públicas e ao setor privado; além disso, esporadicamente alguns deles assumiram posições diretivas no Banco Central do Brasil (BCB) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Ribeiro, 2009). Desse modo, pelo menos desde a década de 1970 o EAC/FEA/USP desempenha um papel central na articulação entre a elite da profissão contábil e os supervisores dos mercados financeiros e de capitais, tendo participação ativa na produção de normas contábeis no Brasil ao longo desse período.

Ao relatarem a história do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade (PPGCC) ofertado pela FEA/USP, Martins e Iudícibus (2007) destacam o caráter normativo e instrumental das pesquisas produzidas em seus primórdios, afirmando que

No início, dedicamo-nos, e muito, à pesquisa tanto na área da Contabilidade Financeira (para usuários externos) quanto na Gerencial (internos), principalmente no modelo que hoje denominamos de Contabilidade Normativa. E ela gerou teses, artigos e modelos também introduzidos na prática da Contabilidade e da Controladoria no nosso país, como a Teoria dos Ajustamentos a Valores Correntes, a *Price-level Accounting*, o modelo internacionalmente reconhecido de correção integral das demonstrações contábeis, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, o modelo gerencial Gecon – Gestão Econômica de Empresas, os estudos que geraram os livros que ajudaram fortemente na implantação da parte contábil da Lei das S/A (de 1976), Modelos de Gerenciamento Contábil e Financeiro de instituições financeiras, de Custeamento de Produtos etc. (p. 8).

Porém, em desenvolvimento similar ao ocorrido nos Estados Unidos durante os anos 1960, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 o positivismo também passa a prevalecer sobre o normativismo na pesquisa contábil brasileira (Cardoso et al., 2005, 2007; Leite Filho, 2008; Mendonça Neto et al., 2009; Nascimento et al., 2010; Theóphilo & Iudicibus, 2005). Essa transição do paradigma dominante na pesquisa contábil brasileira coincidiu com o início de uma grande expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade no país: enquanto em 1998 havia apenas 2 programas de mestrado e 1 de mestrado e doutorado em funcionamento, em 2020 esses números passaram para 19 e 17, respectivamente, sendo que 26 desses 36 programas são ofertados por universidades públicas (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2022). Mas, em que pese essa proliferação de programas de pós-graduação nas últimas duas décadas, o PPGCC/FEA/USP ainda mantém seu protagonismo no campo acadêmico da contabilidade no Brasil e serve como modelo para os demais programas, já que, de acordo com a FEA USP (2022), “dos cerca de 30 programas de pós-graduação da área existentes no Brasil, o PPGCC conta com egressos em 90%, como docentes e pesquisadores e na metade destes programas, como coordenadores de pós-graduação também”.

Em janeiro de 2006, os 14 programas existentes à época criaram a ANPCONT, que congrega e representa as instituições brasileiras que mantêm cursos de mestrado e/ou doutorado em Ciências Contábeis. Atualmente a ANPCONT conta com 30 programas associados, publica um periódico científico (*Advances in Scientific and Applied Accounting*) e organiza um congresso anual que em 2022 realizou sua décima-sexta edição (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2022).

Em síntese, a interlocução do campo acadêmico contábil com a sociedade tem sido prioritariamente intermediada pela profissão contábil. No Brasil, lideranças do campo acadêmico historicamente mantêm vínculos com o campo profissional, e até o final dos anos 1990, pelo menos, a orientação da prática profissional foi o principal objetivo da pesquisa acadêmica em contabilidade. Ainda assim, a suposta existência de um distanciamento entre a academia e a prática contábil motivou a ANPCONT a promover um Fórum Acadêmico-Profissional, cujo primeiro evento, realizado em 12 de junho de 2020, foi selecionado como *corpus* de análise para investigarmos a representação discursiva desse suposto distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O conceito de *discurso* é empregado por muitas disciplinas, comportando diversas definições e terminologias. Van Dijk (1997) identifica três dimensões principais desse conceito: (a) uso da linguagem; (b) comunicação de crenças (cognição); e (c) interação em situações sociais. Para o autor, os estudos discursivos têm a tarefa de

prover descrições integradas dessas três principais dimensões do discurso: como o uso da linguagem influencia as crenças e interações, ou vice versa, como os aspectos da interação influenciam como as pessoas falam, ou como as crenças controlam o uso da linguagem e a interação? (Van Dijk, 1997, p. 2, tradução nossa).

Uma das alternativas teórico-metodológicas que constituem o campo dos estudos discursivos é a Análise Crítica do Discurso (ACD), a qual parte das premissas de que os processos sociais e culturais têm um caráter parcialmente discursivo, de que o discurso é tanto constituído como constitutivo, de que o uso da linguagem deve ser analisado empiricamente em seu contexto social, de que o discurso tem uma função ideológica, e de que a pesquisa precisa adotar uma abordagem crítica, politicamente comprometida com mudanças sociais (Jørgensen & Phillips, 2002). Conforme Santos, Bispo, e Dourado (2014), a ACD preocupa-se em descobrir, revelar e divulgar aquilo que está implícito, revelando as ideologias subjacentes ao discurso e as relações de dominação instituídas por elas. Salles e Dellagnelo (2019) destacam que a ACD, por ser uma abordagem de análise do discurso textualmente orientada, tem a análise textual como um momento imprescindível. Além disso, as autoras também apontam que

todo texto guarda simultaneamente três significados: acional, identificacional e representacional. Esses significados textuais correspondem a três funções que realizamos por meio da linguagem (1) ação, (2) representação de fenômenos do mundo físico e social e (3) identificação de nós mesmos e dos outros (Salles & Dellagnelo, 2019, p. 420).

Nesse sentido, Fairclough (2001) considera que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (p. 91). Assim, os efeitos constitutivos do discurso contribuem para a formação das identidades dos sujeitos, das relações sociais entre as pessoas, e dos sistemas de conhecimento e crença.

Ao propor uma abordagem relacional da análise textual, Fairclough (2003) leva em consideração tanto as relações internas de um texto quanto suas relações externas com outros elementos das práticas sociais. Relações internas incluem as relações sintagmáticas, ou seja, entre elementos efetivamente presentes no texto (relações semânticas, gramaticais, lexicais e fonológicas), e as relações paradigmáticas, ou seja, entre o que está efetivamente presente e o que poderia ter estado presente no texto, mas não está constituindo ausências significativas. A respeito das relações externas, Fairclough (2003) destaca a relação do texto com outros textos, que se manifesta tanto pela *intertextualidade* (isto é, a presença direta de outros textos por meio de citações ou discurso indireto) quanto pelos *pressupostos* que são assumidos na construção de um texto, os quais podem assumir três formas: (a) pressupostos existenciais, ou seja, de que algo *existe*; (b) pressupostos proposicionais, ou seja, sobre *o que é* algo; e (c) pressupostos de valor, ou seja, sobre o que é *bom* ou *desejável*.

Dentre os três significados da linguagem passíveis de exploração através da ACD – acional, representacional e identificacional – Salles e Dellagnelo (2019) privilegiam o significado representacional a fim de exemplificar a operacionalização de suas características analíticas, destacando que aspectos particulares do mundo podem ser representados discursivamente de maneiras diversas. Deste modo, “diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, engajam-se a projetos de mudança de acordo com perspectivas particulares” (p. 421). Ainda segundo as autoras,

em qualquer pesquisa apoiada na ACD, um primeiro passo é a aproximação com o fenômeno de análise. Somente o conhecimento teórico e empírico do fenômeno permitirá o/a pesquisador/a reconhecer textos relevantes para composição de um *corpus* sob pena, em caso contrário, de selecionar materiais insignificantes para análise do discurso do fenômeno em foco (Salles & Dellagnelo, 2019, pp. 419–420).

O *corpus* selecionado para análise neste artigo foi a primeira *live* do Fórum Acadêmico-Profissional promovido pela ANPCONT com o intuito ampliar a integração entre profissionais e acadêmicos. Realizado em 12 de junho de 2020, o evento teve como palestrante o professor Eliseu Martins, e foi mediado pela diretoria da ANPCONT. Realizado através da plataforma

Zoom, o evento foi acompanhado ao vivo por mais de 330 participantes. A gravação do evento foi disponibilizada publicamente no YouTube, em vídeo com 1h10min de duração e que contava, em 07/08/2022, com 1.007 visualizações e 103 marcações “gostei” (cf. Canal Anpcont, 2020). Além da posição institucional ocupada pela ANPCONT, entendemos que as trajetórias acadêmicas dos interlocutores envolvidos, das quais apontamos destaques na Tabela 1, também justificam a relevância desse evento discursivo como objeto de análise, representando um posicionamento central no campo acadêmico da contabilidade no Brasil.

Tabela 1 – Destaques das trajetórias acadêmicas dos interlocutores

Interlocutor	Destaques da trajetória acadêmica
Eliseu Martins (EM)	Professor Emérito da FEA/USP e da FEA-RP/USP Bacharel, doutor e livre-docente em contabilidade pela FEA/USP 73 artigos completos publicados em periódicos 36 livros publicados/organizados ou edições Participações em 102 bancas de mestrado e 62 de doutorado 45 orientações de mestrado e 31 de doutorado concluídas
José Elias Feres de Almeida (JEFA)	Professor Associado da UFES Diretor Presidente da ANPCONT (2020-2021) Doutor em contabilidade pela FEA/USP, mestre em contabilidade pela FUCAPE e bacharel em ciências contábeis pela FAESA 49 artigos completos publicados em periódicos 3 livros publicados/organizados ou edições Participações em 56 bancas de mestrado e 23 de doutorado 22 orientações de mestrado e 2 de doutorado concluídas
Edilson Paulo (EP)	Professor Associado da UFRGS Diretor Científico da ANPCONT (2020-2021) Doutor em contabilidade pela FEA/USP, mestre em ciências contábeis pela UnB/UFPB/UFPE/UFRN e bacharel em ciências contábeis pela UFPB 98 artigos completos publicados em periódicos 1 livro publicado/organizado ou edição Participações em 45 bancas de mestrado e 21 de doutorado 12 orientações de mestrado e 11 de doutorado concluídas
Marcelo Botelho da Costa Moraes (MBCM)	Professor Doutor da FEA-RP/USP Diretor Administrativo-Financeiro da ANPCONT (2020-2021) Doutor e mestre em engenharia de produção pela USP, e bacharel em ciências contábeis pela FEA-RP/USP 29 artigos completos publicados em periódicos 3 livros publicados/organizados ou edições Participações em 19 bancas de mestrado e 11 de doutorado 6 orientações de mestrado e 1 de doutorado concluídas
Andrea de Oliveira Gonçalves (AOG)	Professora Associada da UnB Diretora de Relações Institucionais da ANPCONT (2020-2021) Doutora em integração da América Latina pela USP, mestra em administração pública pela UFRGS e bacharela em ciências sociais pela UNIVALE 51 artigos completos publicados em periódicos 2 livros publicados/organizados ou edições Participações em 12 bancas de mestrado 3 de doutorado 13 orientações de mestrado e 4 de doutorado concluídas

Fonte: CNPq (2020). Acesso em 16/12/2020.

Assim como na operacionalização da ACD apresentada por Salles e Dellagnelo (2019), neste artigo optamos por privilegiar o significado representacional na análise do evento discursivo investigado, pois interessa-nos compreender como o suposto distanciamento entre a academia e a prática contábil é representado nesse evento. Para conduzir a análise textual, as autoras afirmam que “não há necessidade de fixar previamente as categorias linguísticas que serão adotadas para análise. Isso porque não há como saber de antemão quais recursos linguísticos estarão presentes com maior ou menor intensidade no *corpus*” (Salles &

Dellagnelo, 2019, pp. 421–422). Após transcrevermos a gravação do evento na íntegra, utilizamos o *software* Taguette para conduzirmos o processo de codificação do texto, que consiste na categorização de unidades de dados em grupos internamente coerentes e conceitualmente distintos uns dos outros, e usualmente envolve tanto codificação aberta, ou seja, com categorias conceituais que emergem dos dados, quanto codificação *a priori*, na qual as categorias são definidas previamente com base em referencial teórico (Fischer & Guzel, 2023). Em nossa investigação, empregamos tanto uma codificação aberta, para identificar os principais temas que emergiram de nossa análise do *corpus*, quanto uma codificação fechada, através da qual classificamos os pressupostos existenciais, proposicionais e de valor que identificamos nas falas dos interlocutores. Nossos resultados são apresentados na Seção 4.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O evento discursivo analisado é pautado pelo **pressuposto existencial** de que “mundo acadêmico” e “mundo prático” constituem instâncias segregadas, bem como pelo **pressuposto de valor** de que a integração entre ambos é não apenas desejável, mas necessária. O “mundo prático”, todavia, é usualmente reduzido ao “mercado”, evidenciando o privilégio às demandas cognitivas das empresas na relação da universidade brasileira com a sociedade nas últimas décadas, conforme aponta Silva (2012). Tais pressupostos embasam as falas de todos interlocutores, como evidenciam os enunciados transcritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Pressupostos sobre mundo acadêmico e mundo prático

Interlocutor	Início	Enunciado
JEFA	00:01:09	<i>[...] Como é que a gente consegue aproximar a atividade profissional, do mercado, né? Com a acadêmica...? Buscar essa interação maior [...]</i>
EM	00:07:54	<i>É... Esse problema já existia no início da minha carreira, tá? Já havia um certo divórcio. Ao longo do tempo eu só vi aumentar essa distância, a ponto de estarmos numa situação extremamente, eu diria, desagradável. [...]</i>
EP	00:16:32	<i>[...] Especificamente na nossa área, na sua opinião, o que que tem mais prejudicado pra que as nossas pesquisas acadêmicas venham realmente a contribuir para o mercado, atender a expectativa da sociedade? [...]</i>
AOG	00:22:14	<i>[...] O que que nós poderíamos fazer pra melhorar a formação dessas pessoas que... elas estarão na academia, mas ao mesmo tempo elas estarão no mercado. [...]</i>
MBCM	00:36:10	<i>[...] Professor, dentro desse contexto que o senhor está falando, dessa necessidade, né? Eu acho que fica claro pra todo mundo que está aqui na academia que a gente precisa estar dentro das empresas. Lá é o nosso laboratório. [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Na dicotomia entre mundo acadêmico e mundo prático, este é representado como sendo o “mundo real” – **escolha lexical** que denota, como evidenciam os enunciados transcritos na Tabela 3, um **pressuposto de valor** que atribui superioridade hierárquica do “mundo prático” em relação ao “mundo acadêmico”, o qual pode ser, por antinomia, inferido como irreal, virtual, imaginário, fantasioso, etc.

Tabela 3 – Escolha lexical: mundo prático como “o mundo real”

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:03:14	<i>[...] Todos que me conhecem sabem disso: Eu nunca consegui ser um acadêmico puro, também não consegui nunca ser um trabalhador puro da iniciativa privada, lá do mundo que a gente chama de mundo real [...]</i>
EM	00:14:14	<i>[...] O professor precisa conhecer o mundo real. Volto a dizer: Não é todo mundo. Mas a maioria precisa, tá correto? [...]</i>
EM	00:19:07	<i>[...] Nessas elites, principalmente no caso do IASB e do FASB, é interessante como esses dois organismos fazem absoluta questão de misturar, no board, membros do mundo real, membros do mundo acadêmico. Membros do mundo real: da auditoria, da execução da contabilidade, dos investidores, os analistas. [...]</i>
EM	00:53:43	<i>[...] Aqueles que não têm vivência prática, os docentes que são muito do mundo puro acadêmico, vai ser uma maneira de se aproximar deste mundo real, tá certo? [...]</i>
EM	00:59:57	<i>[...] Eu não sei como você ajudar uma pessoa, a não ser dizer o seguinte: – “Pense bem! Venha conhecer o mundo acadêmico e vá conhecer o mundo real! Não tome uma decisão sem ter um pouco da experiência de cada um!” [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

A hierarquização entre mundo prático e mundo acadêmico é reforçada pela desvalorização do conhecimento acadêmico perante o conhecimento prático, como evidenciam os enunciados transcritos na Tabela 4, nos quais o pressuposto existencial de que acadêmicos atribuem superioridade a seu conhecimento é utilizado para contestar esse pressuposto de valor, e apresenta-se o **pressuposto proposicional** de que o desenvolvimento teórico da contabilidade contemporânea é conduzido principalmente pelo mundo prático.

Tabela 4 – Desvalorização do conhecimento acadêmico perante o conhecimento prático

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:09:38	<i>[...] Às vezes a gente na academia acha que só nós somos capazes de achar soluções para os problemas. Isso não é verdade! Uma grande parte do conhecimento que existe, não só na área da contabilidade, na administração acontece a mesma coisa... Uma grande parte dos instrumentos úteis, de grande valor na academia, eles não foram solucionados necessariamente pela academia. Muitos, sim. Mas outros, não... Só para tirar a ideia de que não é isso... Nós não somos os donos do saber, e os que têm capacidade de resolver todo e qualquer problema. [...]</i>
EM	00:34:13	<i>[...] Aliás, é um negócio interessante – Acho que eu estou falando demais, né? – É que, como eu tenho participado, eu participei de vários órgãos normatizadores... Vocês sabem que, eu acho, que hoje se discute, nos órgãos reguladores, talvez até mais teoria do que se discute na academia? Vejam atas do IASB... Vejam aqui no CPC! [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Ainda nesse sentido, os enunciados transcritos na Tabela 5 denotam que o trabalho acadêmico por vezes sequer é reconhecido como uma forma de trabalho, sendo a formação acadêmica representada como uma alternativa a “ir trabalhar”. Assim, o pressuposto de valor de que os acadêmicos devam possuir experiência tem como premissa que tal experiência deva ser adquirida no “mundo prático”.

Tabela 5 – Não reconhecimento do trabalho acadêmico como fonte de experiência

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:10:39	<i>[...] Eu diria o seguinte: eu não estou com isso querendo dizer que todos têm que ter vivência prática, todos têm que ter vivência acadêmica... Não! Há que se considerar, inclusive... Vamos dizer assim... Os dons particulares, né? Alguns, realmente, só na academia, só na teoria... Nosso guru, professor [...], por exemplo, é um pesquisador típico do mundo da teoria, tá certo? Ele, quando vai fazer... Trabalhar num problema prático, etcétera... Ele... Não é, eu sei disso! Ele faz... Faz trabalhos, faz pareceres... Mas não é o que ele realmente adora. O que ele gosta é da teoria. Então, isso tem que respeitar, que alguns serão assim, mas tem que ser minoria. O corpo docente de contabilidade, eu tenho visto... Me desculpe o comentário... Mas caminhando pra uma dissociação, né? [...]</i>
EM	00:12:57	<i>[...] Isto é um estrago no ensino da contabilidade. No meu entender, é. Porque a maioria do corpo docente, a maior parte do corpo docente deve ter experiência. Precisa ter experiência. E não é só ter experiência... Ter tido experiência vinte anos atrás, porque não tá acompanhando o que tá ocorrendo hoje! [...]</i>
EM	00:52:47	<i>[...] Os passos iniciais talvez sejam os mais simples, que é conversar-se mais com os alunos. E aqueles de graduação que sejam profissionais, aqueles de pós-graduação que sejam profissionais, que trabalham, ou que tiveram funções significativas no passado... Talvez, hoje, até esteja se dedicando só ao seu doutoramento, etcétera. Mas o ouvir essas pessoas! Claro, muitas das conversas não vão... A pessoa não vai saber nem se expressar, não vai querer falar de um problema da empresa, etcétera. Mas vale a tentativa! Você vai ter uma certa quantidade de... né? Informação, recebendo delas, que vai ajudar você a pensar melhor na sua disciplina. Tá certo? Eu acho que isso é um caminho que pode, inclusive, preceder a aquele de depois você ir às empresas. Você já vai ter mais experiência... [...]</i>
EM	00:55:35	<i>Vou começar com o pessoal de pós-graduação, onde esse dilema é mais urgente, né? Tá correto? Mas na verdade isso vale pros alunos de graduação, que vão ter a sua decisão sobre se vai fazer o mestrado, ou vai pra trabalhar. Ou se vai trabalhar pra, depois de um certo tempo, fazer o mestrado, o doutorado, ou não. [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Para satisfazer a pressuposta necessidade de experiência no mundo prático, nos enunciados transcritos na Tabela 6 os interlocutores expressam o pressuposto de valor de que os acadêmicos devem atuar como consultores de empresas. Uma característica marcante desses enunciados, e que corrobora o entendimento de que parcela da comunidade de pesquisa adere ao ideário neoliberal (Dias & Serafim, 2015), é a de que são representados como merecedores de atenção os problemas *das* empresas, e não os problemas *nas* empresas. Desse modo, temas como exploração da força de trabalho, sonegação fiscal, corrupção, discriminação, degradação ambiental, etc., são excluídos do rol de possíveis interesses da pesquisa contábil.

Tabela 6 – Atuação de acadêmicos como consultores empresariais

Interlocutor	Início	Enunciado
JEFA	00:07:36	<i>Obrigado, professor. E aí, uma pergunta: Como é que você enxerga, é... como que a academia pode se aproximar do mercado? Pra trazer também uma contribuição pro dia a dia, talvez, das empresas... ou do auditor, né? Do contador... E pra melhorar... Propor soluções mesmo pra prática, né? [...]</i>
EM	00:08:12	<i>[...] Que que está acontecendo? A gente acaba por demais fazendo pesquisas do lado de fora da empresa, sem entrar pra conhecer a empresa. Sem entrar pra ver o que que acontece. Sem trabalhar na empresa. Sem ser um consultor dos problemas reais das empresas. [...]</i>
EM	00:23:04	<i>[...] Olha, eu acho que há muita coisa que precisa ser feita. Então, essa de o docente conhecer, ou, pelo menos, uma grande parte do corpo docente conhecer a vida prática, é uma delas. Claro, eu não estou falando de alguém que precisa trabalhar quarenta horas na empresa e sair correndo pra dar aula lá... Mas tem que trabalhar com a empresa, tem que ser consultor, tem que fazer ter vínculos com a empresa, tá correto? Não é... A consultoria é um caminho mais prático, mais... Não vou dizer... Vou dizer... Menos difícil de ser utilizado. Porque aquele também que se dedica quarenta, cinquenta horas na empresa, daí é o outro lado, né? Não tem muita condição de acompanhar o desenvolvimento acadêmico. [...]</i>
MBCM	00:36:24	<i>[...] Agora, como é que a gente faz pra empresa ver a universidade, os pesquisadores, ver uma expertise de pesquisa que a gente tem, como uma forma de resolver problemas? E que, até mesmo, vejam a contabilidade como uma forma de pesquisa aplicada, como muitas vezes o senhor exemplificou, vê-se na engenharia, na medicina, né? Como é que a gente vende o nosso peixe?</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Os enunciados transcritos na Tabela 7, por sua vez, evidenciam que a avaliação da qualidade da pesquisa contábil tem como pressuposto de valor um critério utilitário, tomando como parâmetro de utilidade sua aplicabilidade ao “mundo prático”.

Tabela 7 – Critério utilitário para a avaliação da pesquisa contábil

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:14:14	<i>[...] O professor precisa conhecer o mundo real. Volto a dizer: não é todo mundo. Mas a maioria precisa, tá correto? Se ele não tiver essa vivência, é realmente uma falha enorme na sua produção científica... Que ele vai produzir coisas que não necessariamente... ou a grande maioria não tem utilidade prática, não serve para as pessoas das empresas utilizarem. Não são nem capaz de entender, e se alguém conseguir explicar, não vão saber utilizar e entender. Bom: E daí? E daí? Que que eu faço com isso? [...]</i>
EM	00:16:54	<i>Olha, no fundo, é mais ou menos aquilo que eu estava comentando, né? O mundo prático... E eu sei disso porque eu trabalho com pareceres, eu trabalho com empresas, eu converso com contadores, com controladores... E muito! Talvez mais, hoje, com advogados do que com os colegas profissionais. Mas eu sei que é só começar a conversa pra você ouvir a reclamação: O que que hoje vocês produzem lá, do ponto de vista de... não só formar o profissional, mas de... ah... levar problemas daqui, trazer soluções pra nós? [...]</i>
EM	00:21:16	<i>[...] Algo não está bem. Algo não está legal. Algo do que se produz, ou muito do que se produz na academia não está tendo efetiva utilidade prática.</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Em linha com esse critério utilitário, pressupõe-se indesejável que mesmo instrumentos tradicionais de comunicação científica entre pares, como dissertações, teses e artigos, fiquem restritos à comunidade acadêmica. Ao invés disso, os enunciados transcritos na Tabela 8 expressam um ideal de que a comunicação científica seja diretamente acessível ao “mundo prático”, sem quaisquer intermediações. Desse modo, imputa-se exclusivamente à academia a responsabilidade de diminuir o suposto distanciamento entre a produção acadêmica e a prática

profissional, reforçando-se a progressiva ressignificação da universidade como uma organização prestadora de serviços (Chauí, 2003).

Tabela 8 – Ausência de delimitação discursiva da comunicação acadêmica

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:08:35	<i>[...] E a academia vai seguindo um, um... uma trilha por demais ensimesmada, em conteúdo e na forma... quando eu falo na forma, é o seguinte: alguém fora do meio acadêmico, de bom nível, é capaz de ler um artigo produzido por nós? Uma tese produzida por nós? Não entende nem o título! Vai ler o resumo, pra ver se entende, também apanha pra chuchu! É um monte de termos técnicos, principalmente quando começa a entrar os termos econométricos, né? Então, hoje é extremamente difícil, quase impossível a qualquer pessoa da área prática entender o que a academia faz. [...]</i>
EM	00:20:50	<i>[...] O mundo das empresas tem necessidade. Tem muita. Mas quando eles pedem alguma coisa, ou procuram alguma... Quantas vezes já me aconteceu: – “ô, você não tem alguma revista aí?” – “Tenho, tem a Revista de Contabilidade e Finanças lá da USP, etcétera”. Eu já sei o que vai acontecer algumas semanas depois: – “Professor, não entendi patavinas!” Não é mais ou menos isso que ocorre com a maioria da nossa produção hoje? [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Já os enunciados transcritos na Tabela 9 evidenciam que, apesar de eventuais restrições ao predomínio do positivismo na pesquisa contábil, o processo de pesquisa é entendido de um modo positivista, pois, como afirma Crotty (1998):

Quando os(as) investigadores(as) falam, como frequentemente fazem, em explorar significados por meio de métodos qualitativos e depois “confirmar” ou “validar” suas descobertas por meio de um estudo quantitativo, eles(as) estão privilegiando os últimos de uma maneira completamente positivista. O que transforma seu estudo em um trabalho positivista não é o uso de métodos quantitativos, mas a atribuição de objetividade, validade e generalizabilidade a descobertas quantitativas. (p. 41, tradução nossa).

Tabela 9 – Entendimento positivista sobre o processo de pesquisa

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:24:58	<i>[...] Então... A gente dedicou espaço, né? De tempo muito grande, aqui no Brasil até diria que a gente exagerou no tempo dedicado ao normativismo. Aí, quando veio o positivismo, com as suas pesquisas empíricas, todo seu poder econométrico, aí vai acontecendo exatamente o contrário... Cada vez se tem mais números e menos ideias. Cada vez se tem mais levantamentos de “se isso aqui fez isso, isso provoca aquilo, isso tem correlação com aquilo, não tem, etcétera”, mas... E daí? O positivismo puro, ele vem, realmente, aprofundando essa distância com a realidade. Então, o que que eu acho que é necessário? Nós precisamos pendular isso. Sem positivismo, absolutamente não podemos viver! Porque ainda bem que ele se desenvolveu, para inclusive mostrar que muitas das coisas de quem tem ideias, de órgãos reguladores, ou sejam de professores, até de profissionais... Elas não têm o efeito que se esperava ter. É na pesquisa positiva que você levanta muitos dos resultados, das consequências de normas, e às vezes, de teorias. Então, absolutamente nada contra os positivistas. Meu problema é: todo mundo querer ser positivista.</i>
EM	00:32:16	<i>[...] Nós precisamos ter uma coisa tripartite, tá correto? Nós precisamos ter o normativismo, precisamos ter o positivismo, e precisamos ter a ligação entre os dois. Ser só normativista também é elucubração mental... Não vai resolver nada! Isso aí a gente vê que já foi esse tempo. Mas nós precisamos dos normativistas para terem ideias, para terem sugestões. Inclusive pra serem, depois, testadas pelos positivistas. [...]</i>
EM	00:44:18	<i>[...] Eu não sei, precisaria de uma pesquisa positiva pra fazer uma verificação... Será que as mulheres têm mais capacidade crítica de não seguir a regrinha do que os homens, né? Talvez fique aí pra alguém, né? Vocês vejam! Eu estou dando um</i>

exemplo de uma pesquisa positivista. Até pra corroborar. Ele veio pra ficar, e não pode ser largado, deixado de lado! Em absoluto! Só que precisamos dar o espaço pra cada um.

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Além desse predomínio de um entendimento positivista sobre o processo de pesquisa, mesmo a possibilidade de uma abordagem interpretativa na pesquisa contábil é pautada por uma lógica utilitária e comprometida com os interesses do capital. Nesse sentido, também chama atenção, na interação transcrita na Tabela 10, a ausência de menção a abordagens críticas que tenham por objetivo a identificação e eliminação de práticas ideológicas e de dominação (cf. Chua, 1986).

Tabela 10 – Interpretativismo “de mercado”

Interlocutor	Início	Enunciado
EM	00:45:21	<i>Quando eu estava falando de necessidade de conjugação do normativismo com o positivismo... A gente sabe de um trabalho que hoje se... Tem o nome de, mais de... Pesquisa... Como é que é? Pesquisa... Viu, que eu não sou um grande conhecedor do negócio? Tem a tal... Abordagem... Não! Abordagem... Pesquisa alternativa ou abordagem alternativa...</i>
AOG	00:45:45	<i>Alternativa! Interpretativista ou alternativa!</i>
EM	00:45:49	<i>Isto! Você até falou nisso aí... Mencionou, né, Andrea? Esse interpretativismo, etcétera. Que é uma forma de, exatamente, procurar conciliar... Tá certo? O mundo acadêmico com o mundo prático. Conseguir os pesquisadores... Aqueles que têm ideias, que são os Einsteins da vida, que ficam criando coisas boas e maluquices também. Aí tem que vir o positivista, que vai fazer as pesquisas detalhadas, né? Bastante específicas, etcétera. Mas precisa ter alguém que seja capaz de vincular o mundo das pesquisas positivistas, o mundo do normativismo, e associá-lo ao meio ambiente da empresa. Eu não estou falando em meio ambiente físico, não! A forma de organização da entidade... A gente vê esse mundo da abordagem alternativa começando a fazer um link que há tanto tempo, e a gente achava ele fundamental.</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

Por fim, consideramos significativo o silêncio em relação ao contexto político do país ao longo do evento discursivo. Em um evento que se propunha a discutir as “perspectivas da pós-graduação no Brasil”, e realizado apenas dois dias após a rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória que visava assegurar ao governo federal o poder de intervir na gestão das instituições federais de ensino superior, os interlocutores ignoraram completamente as políticas de desmanche da educação e da ciência adotadas pelo governo Bolsonaro, que dedicou especial hostilidade às universidades públicas. Ao longo do evento discursivo analisado identificamos somente uma alusão bastante indireta a este contexto político hostil, e que ainda assim, como evidencia o enunciado transcrito na Tabela 11, caracteriza-se por uma atitude conformista.

Tabela 11 – Conformismo ante o contexto político

Interlocutor	Início	Enunciado
AOG	00:22:14	<i>[...] O que que nós poderíamos fazer pra melhorar a formação dessas pessoas que... elas estarão na academia, mas ao mesmo tempo elas estarão no mercado. Porque olhando o nosso cenário, muito rapidamente, a ideia de professor pesquisador, exclusivamente, é uma ideia que, muito provavelmente, ela vai se desfazer nos próximos... na próxima década, né? Porque o mundo mudou, e a academia também tem que mudar. [...]</i>

Fonte: Canal Anpcont (2020).

5 CONCLUSÕES

Apresentamos neste artigo uma Análise Crítica do Discurso, tendo como *corpus* de análise a primeira edição do Fórum Acadêmico-Profissional promovido pela ANPCONT, a fim de investigar como se deu neste evento a representação discursiva do suposto distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil. Nossas análises indicam que o evento discursivo foi pautado pelo pressuposto existencial de que mundo acadêmico e mundo prático constituem instâncias segregadas, bem como pelo pressuposto de valor de que a integração entre ambos é não apenas desejável, mas necessária. Na dicotomia entre mundo acadêmico e mundo prático, este é colocado em posição de superioridade hierárquica, através de escolhas lexicais que lhe atribuem a condição de “mundo real”, e de pressupostos proposicionais que atribuem primazia a este mundo prático no desenvolvimento teórico da contabilidade, em detrimento da produção acadêmica de conhecimento contábil. A fim de promover a integração entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil, os interlocutores concebem um modelo de atuação acadêmica que se confunde com a consultoria empresarial, propondo um programa de pesquisas que, pautado pela agenda comercial da profissão contábil, informe e reafirme as práticas contábeis correntes.

Dessa forma, considerando o posicionamento central que, em nosso entendimento, os interlocutores ocupam no campo acadêmico da contabilidade no Brasil, nossas análises indicam que parcela relevante da comunidade acadêmica contábil brasileira se alinha ao programa neoliberal de apropriação privada do conhecimento gerado pelas universidades. Nesse sentido, além de evidenciar um baixo apego aos princípios da autonomia e da liberdade acadêmica que fundamentam a universidade moderna, o apoio irrestrito manifestado pelos interlocutores a um modelo de atuação acadêmica subordinada a interesses empresariais privados sugere que seu silêncio ante as políticas de desmanche da educação e da ciência adotadas pelo governo federal seja fruto não apenas de omissão, mas de conivência com a agenda neoliberal de contrarreformas da universidade.

Por outro lado, enquanto autores como Reiter e Williams (2002) e Jeanjean e Ramirez (2009) apontam a prevalência da abordagem positiva como um fator decisivo para a manutenção do distanciamento entre a pesquisa e a prática contábil no contexto anglófono, nossa análise evidencia que mesmo o discurso crítico a esse distanciamento é pautado, no Brasil, por uma compreensão positivista do processo de pesquisa. Essa aparente contradição decorre, em nosso entender, da função de legitimação das práticas contábeis correntes que o positivismo, com sua característica reificação do *status quo*, permite que a pesquisa contábil cumpra. Todavia, a representação discursiva do distanciamento entre a pesquisa acadêmica e a prática contábil no evento discursivo analisado sugere também que essa função não tem sido suficiente para legitimar a própria pesquisa acadêmica em contabilidade perante a profissão contábil, da qual os interlocutores, a despeito de ocuparem posições acadêmicas, apresentam-se como porta-vozes.

Apesar de entendermos que tanto a posição institucional da ANPCONT quanto as trajetórias acadêmicas dos interlocutores indicam que o *corpus* analisado neste artigo representa um posicionamento central no campo acadêmico da contabilidade no Brasil, reconhecemos que a limitação de nossas análises a um único evento discursivo pode não fazer jus à diversidade de entendimentos presentes nesse campo. Assim, embora essa limitação nos tenha propiciado apresentar, no espaço deste artigo, um maior aprofundamento das análises efetuadas, consideramos que a ampliação da abrangência do *corpus* de análise em pesquisas futuras poderá contribuir para uma melhor compreensão de eventuais disputas simbólicas que ocorram neste campo.

REFERÊNCIAS

- Annisette, M., & Kirkham, L. M. (2007). The advantages of separateness explaining the unusual profession-university link in English Chartered Accountancy. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(1), 1–30. doi: 10.1016/j.cpa.2006.03.005
- Araújo, R. S. de, Kato, F. B. G., & Chaves, V. L. J. (2020). O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 4543137. doi: 10.14244/198271994543
- Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. (2022). *Anpcont*. <http://anpcont.org.br>
- Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997). Interpretive and Critical Research in Accounting: A Commentary on Its Absence from Mainstream Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, 8(4), 293–310. doi: 10.1006/cpac.1996.0116
- Bechi, D. (2017). As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(1), 203–223. doi: 10.22348/riesup.v3i1.7733
- Canal Anpcont. (2020). *Live Anpcont - Prof. Eliseu Martins 12 de Junho de 2020*. <https://www.youtube.com/watch?v=uO5sMY62HHg&feature=youtu.be>
- Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R. de, Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2005). Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 34–45. doi: 10.1590/S0034-75902005000200004
- Cardoso, R. L., Oyadomari, J. C. T., & Mendonça Neto, O. R. (2007). Influências da Positive Accounting nos Programas de Mestrado em Contabilidade: uma análise bibliométrica da produção acadêmica de 2002 a 2005. *Brazilian Business Review*, 4(2), 158–170. doi: 10.15728/bbr.2007.4.2.5
- Chabrak, N. (2012). Money talks: the language of the Rochester School. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(3), 452–485. doi: 10.1108/09513571211209608
- Chambers, R. J. (1993). Positive Accounting Theory and the PA Cult. *Abacus*, 29(1), 1–26. doi: 10.1111/j.1467-6281.1993.tb00419.x
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5–15. doi: 10.1590/s1413-24782003000300002
- Chua, W. F. (1986). Radical Developments in Accounting Thought. *The Accounting Review*, 61(4), 601–632.
- Chua, W. F. (1996). Teaching and Learning only the Language of Numbers: Monolingualism in a Multilingual World. *Critical Perspectives on Accounting*, 7(1), 129–156. doi: 10.1006/cpac.1996.0019
- CNPq. (2020). *Plataforma Lattes*. <https://lattes.cnpq.br/>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2022). *GEOCAPES: Sistema de Informações Georreferenciadas*. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>
- Costa, C. F., & Goulart, S. (2018). Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 396–409. doi: 10.1590/1679-395165788
- Costa, C. F. da, & Silva, S. M. G. (2019). Novo Neoliberalismo Acadêmico e o Ensino Superior no Brasil. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 25(3), 6–35. doi: 10.1590/1413-2311.251.89569
- Cristaldo, H. (2020). *Alcolumbre devolve ao Planalto MP sobre escolha de reitor na pandemia*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/alcolumbre-devolve-ao-planalto-mp-sobre-escolha-de-reitor-na-pandemia>
- Crotty, M. (1998). *The Foundations of Social Research*. Allen & Unwin.
- Dias, R., & Serafim, M. (2015). Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(2), 335–351.

- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social* (I. Magalhães (Trad.)). UnB.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research* (Issue January 2003). Routledge.
- FEA USP. (2022). *Impacto na Sociedade*. <https://www.fea.usp.br/contabilidade/pos-graduacao/impacto-na-sociedade>
- Fischer, E., & Guzel, G. T. (2023). The Case for Qualitative Research. *Journal of Consumer Psychology*, 33(1), 259–272. doi: 10.1002/jcpy.1300
- Fogarty, T. J., & Liao, C. (2009). Blessed Are the Gatekeepers: A Longitudinal Study of the Editorial Boards of The Accounting Review. *Issues in Accounting Education*, 24(3), 299–318. doi: 10.2308/iace.2009.24.3.299
- Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: história e implicações*. Edições Loyola.
- Homero Junior, P. F. (2017). A Constituição do Campo Científico e a Baixa Diversidade da Pesquisa Contábil Brasileira. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), 314–328. doi: 10.17524/repec.v11i3.1565
- Iudícibus, S. (2004). *Teoria da contabilidade* (7a ed.). Atlas.
- Jeanjean, T., & Ramirez, C. (2009). Back to the Origins of Positive Theories: A Contribution to an Analysis of Paradigm Changes in Accounting Research. *Accounting in Europe*, 6(1), 107–126. doi: 10.1080/17449480902896510
- Jørgensen, M. W., & Phillips, L. J. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. Sage.
- Lee, T. A. (1989). Education, Practice and Research in Accounting: Gaps, Closed Loops, Bridges and Magic Accounting. *Accounting and Business Research*, 19(75), 237–253. doi: 10.1080/00014788.1989.9728854
- Lee, T. A. (1995). Shaping the US Academic Accounting Research Profession: The American Accounting Association and the Social Construction of a Professional Elite. *Critical Perspectives on Accounting*, 6(3), 241–261. doi: 10.1006/cpac.1995.1023
- Lee, T. A. (1999). Anatomy of a Professional Élite: The Executive Committee of the American Accounting Association 1916-1996. *Critical Perspectives on Accounting*, 10(2), 247–264. doi: 10.1006/cpac.1998.0229
- Lee, T. A., & Williams, P. F. (1999). Accounting from the Inside: Legitimizing the Accounting Academic Elite. *Critical Perspectives on Accounting*, 10(6), 867–895. doi: 10.1006/cpac.1998.0281
- Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de Produtividade de Autores em Periódicos e Congressos na Área de Contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 533–554. doi: 10.1590/S1415-65552008000200011
- Lopes de Sá, A. (2008). *História Geral da Contabilidade no Brasil*. Conselho Federal de Contabilidade.
- Martins, E., & Iudícibus, S. (2007). 30 Anos de Doutorado em Contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(spe), 7–8. doi: 10.1590/S1519-70772007000300001
- Mendonça Neto, O. R., Cardoso, R., & Oyadomari, J. C. (2012). A Profissionalização do Contador no Brasil. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 9(4), 393–406. doi: 10.4013/base.2012.94.06
- Mendonça Neto, O. R., Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2009). Dez Anos de Pesquisa Contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. *Revista de Administração de Empresas*, 49(1), 62–73. doi: 10.1590/S0034-75902009000100008
- Merino, B. D. (2006). Financial Scandals: Another clarion call for educational reform - A historical perspective. *Issues in Accounting Education*, 21(4), 363–381. doi: 10.2308/iace.2006.21.4.363
- Nascimento, A. R. do, Junqueira, E., & Martins, G. de A. (2010). Pesquisa Acadêmica em Contabilidade Gerencial no Brasil: análise e reflexões sobre teorias, metodologias e

- paradigmas. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(6), 1113–1133. doi: 10.1590/S1415-6552010000700008
- Peleias, I. R., Silva, G. P., Segreti, J. B., & Chiorotto, A. R. (2007). Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(spe), 19–32. doi: 10.1590/S1519-70772007000300003
- Pereira, E. M. de A. (2009). A Universidade da Modernidade nos Tempos Atuais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 14(1), 29–52. doi: 10.1590/s1414-40772009000100003
- Reiter, S. A., & Williams, P. F. (2002). The Structure and Progressivity of Accounting Research: the crisis in the academy revisited. *Accounting, Organizations and Society*, 27(6), 575–607. doi: 10.1016/S0361-3682(01)00050-2
- Ribeiro, S. L. S. (2009). *Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária - FEA/USP entre números e palavras*. D'Escrever.
- Salles, H. K., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórico-Metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414–434. doi: 10.1590/1984-9260902
- Santos, E. C., Bispo, D. A., & Dourado, D. P. (2014). A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(1), 55–73. doi: 10.9771/23172428rigs.v4i1.8996
- Silva, R. B. da. (2012). A Relação Universidade-Sociedade na Periferia do Capitalismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 25–40. doi: 10.1590/S0102-69092012000100002
- Silva Júnior, J. dos R. S., & Fargoni, E. H. E. (2020). Future-Se: O Ultimato Na Universidade Estadual Brasileira. *Educação & Sociedade*, 41, 1–17. doi: 10.1590/es.239000
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. (2022). *Painel do Orçamento*. <https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/>
- Theóphilo, C. R., & Iudicibus, S. (2005). Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 8(2), 147–175.
- Tinker, A. M., Merino, B. D., & Neimark, M. D. (1982). The Normative Origins of Positive Theories: Ideology and accounting thought. *Accounting, Organizations and Society*, 7(2), 167–200. doi: 10.1016/0361-3682(82)90019-8
- Van Dijk, T. A. (1997). The Study of Discourse. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as structure and process* (pp. 1–34). Sage.
- Wegner, R. C. (2020). Ensino Superior no Brasil – Descaminhos Propostos pelo ‘Future-Se.’ *Revista Docência e Cibercultura*, 4(1), 281–297. doi: 10.12957/redoc.2020.50100
- West, B. P. (2003). *Professionalism and Accounting Rules*. Routledge.
- Wilkinson, B. R., & Durden, C. H. (2015). Inducing Structural Change in Academic Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, 26, 23–36. doi: 10.1016/j.cpa.2014.03.002